



ANEXO 10

NORMAS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO DA CONTRAPRESTAÇÃO VARIÁVEIS DA PARCELA DE AMORTIZAÇÃO VARIÁVEIS DA PARCELA DE SERVIÇOS

1. A CONTRAPRESTAÇÃO deverá possibilitar o devido retorno dos investimentos, custos de operação, manutenção, custos de depreciação, custos financeiros, custos indiretos e benefícios decorrentes dos investimentos realizados e serviços prestados pela SPE, constituindo sua única remuneração paga pelo MUNICÍPIO relativa ao objeto do CONTRATO.

1.1. A CONTRAPRESTAÇÃO que irá remunerar a SPE será apurada mensalmente ao longo da vigência contratual, através das medições realizadas pela SPE e atestadas pelo MUNICÍPIO. A CONTRAPRESTAÇÃO é composta de duas parcelas distintas, uma relativa a amortização pelos investimentos realizados pela SPE, que é fixa, apurada através da soma das parcelas de amortização pelas etapas de OBRAS devidamente executadas, entregues e aceitas pelo MUNICÍPIO, conforme disposto no item 2 deste Anexo, somada à parcela relativa à execução dos SERVIÇOS, proporcionalmente à sua execução e disponibilização, que é variável, conforme disposto no item 3 deste Anexo.

1.2. O instrumento de pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO será o atestado liberatório de pagamento, a ser emitido pela Secretaria de Serviços Urbanos.

2. A parte da CONTRAPRESTAÇÃO relativa a amortização pelos investimentos obedecerá às seguintes disposições:

2.1. A execução dos investimentos será dividida em etapas mensais, totalmente individualizadas, com os investimentos previstos para cada etapa mensal descritos no CRONOGRAMA, no mês correspondente.

2.2. A SPE elaborará medição mensal, no ultimo dia útil de cada mês, com o descritivo das obras executadas e concluídas no mês em questão.

2.3. A SPE encaminhará o boletim dessa medição ao MUNICÍPIO para análise no



primeiro dia útil do mês subsequente.

2.4. O MUNICÍPIO analisará a medição apresentada pela SPE no prazo máximo de 5 (cinco) dias após sua entrega, verificando *in loco* a execução, a respectiva conclusão e a disponibilização para uso dos itens de investimento constantes no boletim de medição entregue pela SPE.

2.5. Dentro do prazo previsto no item 2.4, e constatada a regularidade da etapa de investimento constante, com a atestação de sua efetiva conclusão e disponibilização para uso, o MUNICÍPIO emitirá o atestado liberatório para pagamento da amortização relativa a etapa de investimento entregue, integrante da parte fixa da CONTRAPRESTAÇÃO.

2.6. Após a sua emissão, O MUNICÍPIO deverá encaminhar o atestado liberatório de pagamento ao AGENTE DEPOSITÁRIO no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis.

2.7. O início do pagamento da amortização relativa a cada etapa de investimento dar-se-á no mês subsequente à sua execução, conclusão e disponibilização para uso.

2.8. O prazo de pagamento da parcela de amortização relativa a cada etapa de investimento será o número de meses compreendido entre o mês de seu início de pagamento e o último mês de vigência contratual.

2.9. A taxa de juros para remuneração do investimento, utilizada no cálculo da parcela de amortização relativa a cada etapa de investimento será de ... % ao mês, capitalizados mensalmente, conforme a PROPOSTA COMERCIAL da SPE, nos moldes do ANEXO xx (ANEXO 3 do EDITAL).

2.10. O valor presente considerado para o cálculo da amortização de cada etapa de investimento será o valor da etapa mensal das OBRAS, conforme disposto no ANEXO xx (ANEXO 3 do EDITAL) e no ANEXO xx (ANEXO 4 do EDITAL).

2.11. O critério de cálculo será o da Tabela Price.

2.12. Na fatura e nota fiscal emitidas pela SPE ao MUNICÍPIO, deverá estar destacada a parcela de amortização relativa ao mês de referência, constando expressamente tratar-se de pagamento de parcela de amortização relativa à determinada etapa de investimento, o mês e ano de aceitação da etapa, o valor da parcela de amortização e o número de ordem da parcela.



2.13. Após o efetivo recebimento e aceitação por parte do MUNICÍPIO da etapa de investimento, e a consequente inclusão na medição mensal da correspondente parcela de amortização, essa parcela será automaticamente incluída nas medições subsequentes, até o término do prazo de amortização.

2.14. Ante a emissão de atestado liberatório para o pagamento da amortização referente a determinada etapa de investimento, devidamente recebida e aceita pelo MUNICÍPIO, o AGENTE DEPOSITÁRIO procederá ao pagamento dessa parcela de amortização, no prazo estipulado na Cláusula 21 do CONTRATO.

2.15. A parte fixa da CONTRAPRESTAÇÃO, ou seja, a parte relativa à totalidade de amortização a ser paga, correspondente as parcelas de amortização relativas à cada etapa mensal de investimento já concluída e disponibilizada para a prestação dos respectivos serviços, será apurada através da soma de todas as parcelas de amortização relativas às etapas de execução das OBRAS já entregues e aceitas pelo MUNICÍPIO, conforme disposto no CRONOGRAMA.

3. A parte da CONTRAPRESTAÇÃO relativa aos serviços contínuos de operação e manutenção do parque luminotécnico e de operação e manutenção do sistema de telemetria e telegestão executados pela SPE, que compreendem os SERVIÇOS, será cobrada conforme os SERVIÇOS sejam efetivamente realizados e atestados pelo MUNICÍPIO, nos moldes e valores previstos no CRONOGRAMA e na ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA, com periodicidade mensal.

3.1. A SPE elaborará medição mensal, no último dia útil de cada mês, com o descritivo dos SERVIÇOS executados no mês em questão.

3.1.1. A medição mensal a título de SERVIÇOS deverá explicitar o número de pontos de iluminação existente no mês de sua referência, que servirá de base para o cálculo do valor pela prestação dos SERVIÇOS, nos moldes estipulados no item 18.16 do CONTRATO.

3.2. A SPE encaminhará o boletim dessa medição ao MUNICÍPIO para análise no primeiro dia útil do mês subsequente.

3.3. O MUNICÍPIO analisará a medição apresentada pela SPE no prazo máximo de 5



(cinco) dias após sua entrega, atestando através de seu pessoal encarregado da fiscalização dos SERVIÇOS, sua correta execução, bem como a regularidade das quantidades e valores apresentados no boletim de medição entregue pela SPE.

3.4. Dentro do prazo previsto no item 3.3, e constatada a regularidade da execução dos SERVIÇOS relativos ao mês em questão, bem como as quantidades e valores apresentados, o MUNICÍPIO emitirá o atestado liberatório para pagamento da parte da CONTRAPRESTAÇÃO relativa aos SERVIÇOS.

3.5. Após a sua emissão, O MUNICÍPIO deverá encaminhar o atestado liberatório de pagamento ao AGENTE DEPOSITÁRIO no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis.

3.6. Ante a emissão de atestado liberatório para o pagamento da parte da CONTRAPRESTAÇÃO relativa aos SERVIÇOS, devidamente recebida e aceita pelo MUNICÍPIO, o AGENTE DEPOSITÁRIO procederá ao pagamento no prazo estipulado na Cláusula 21 do CONTRATO.

4. A CONTA DE DEPÓSITO receberá mensalmente os valores arrecadados pelo MUNICÍPIO a título de COSIP (Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública), devendo os recursos existentes nessa conta ser utilizados pelo AGENTE DEPOSITÁRIO para pagamento da fatura de energia elétrica e da CONTRAPRESTAÇÃO, nesta ordem de prioridade. Os recursos serão destinados à CONTA DE DEPÓSITO da seguinte maneira:

4.1. A parte da COSIP arrecadada pela concessionária distribuidora de energia elétrica no MUNICÍPIO será transferida diretamente por essa concessionária para a CONTA DE DEPÓSITO, com periodicidade mensal;

4.2. A parte da COSIP arrecadada diretamente pelo MUNICÍPIO será transferida pelo Tesouro Municipal para a CONTA DE DEPÓSITO, com periodicidade mensal.

5. A Secretaria de Serviços Urbanos será o único órgão do MUNICÍPIO encarregado de emitir o documento de liberação do pagamento das faturas (atestado liberatório de pagamento).

5.1. Esse documento deverá ser encaminhado pela Secretaria de Serviços Urbanos ao AGENTE DEPOSITÁRIO, nos moldes previstos na Cláusula 21 do CONTRATO.



6. As OBRAS ou SERVIÇOS impugnados pelo MUNICÍPIO, no que concerna à sua execução, não poderão ser faturados ou, se o forem, serão glosados nas faturas pelo órgão municipal responsável pela fiscalização do CONTRATO.

7. O pagamento da primeira medição da parte da CONTRAPRESTAÇÃO referente à amortização pelos investimentos ficará condicionado à apresentação, pela SPE, da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART referente às OBRAS.

8. Nenhum pagamento isentará a SPE das obrigações previstas neste CONTRATO, quaisquer que sejam, nem implicará na aprovação definitiva dos serviços executados.

9. Todos os atrasos que ocorram no pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO resultarão em acréscimo de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, a partir do inadimplemento. O saldo devedor, após a incidência de juros, deverá ser corrigido pela variação do IPCA do IBGE ou índice que vier a substituí-lo, *pro rata tempore*, da data prevista contratualmente para pagamento até a data de sua efetivação.

10. A SPE não poderá ser obrigada, por eventual determinação do MUNICÍPIO ou de qualquer outra origem, a realizar investimentos no CONTRATO nem realizar a prestação de serviços ante a constatação que os recursos advindos da COSIP sejam insuficientes para o custeio desses investimentos ou execução desses serviços.

11. As OBRAS a serem executadas pela SPE com os recursos advindos do Fundo de Reposição dos Ativos serão tratadas como obras a serem custeadas através de aportes do MUNICÍPIO.

12. Os recursos existentes no Fundo de Reposição dos Ativos serão utilizados ao longo do CONTRATO para o pagamento dos aportes do MUNICÍPIO, com exceção dos aportes previstos nos 18 (dezoito) primeiros meses de vigência do contrato, que serão pagos nos moldes do ANEXO 12.



13. No caso de OBRAS executadas através de aportes, com recursos advindos do Fundo de Reposição dos Ativos, deverão ser obedecidos os seguintes procedimentos:

13.1. Diagnóstico da SPE no tocante à obsolescência do equipamento, sejam luminárias ou demais equipamentos do sistema de iluminação;

13.2. Encaminhamento de ofício ao MUNICÍPIO com esse diagnóstico, contendo as seguintes informações:

13.2.1. Tipo e quantidade do material ou equipamento que teve sua obsolescência constatada;

13.2.2. Especificação do material ou equipamento a ser utilizado na reposição dos itens obsoletos, com a devida justificativa técnica, para análise e aprovação por parte do MUNICÍPIO, na forma de projeto executivo, contendo plantas, memoriais e cronograma de execução. Esses materiais ou equipamentos deverão ser os mais modernos e adequados ao sistema de iluminação municipal à época dessa constatação;

13.2.3. Orçamento dos serviços de reposição dos itens obsoletos, composto pelos materiais, equipamentos e mão de obra integrantes do serviço, com o respectivo BDI, para análise e aprovação por parte do MUNICÍPIO. Esse orçamento deverá ser formado através de coleta e apresentação de pelo menos 3 (três) preços ao MUNICÍPIO, devendo ser considerado para o preço unitário de cada item a média dos 3 (três) preços. O BDI a ser utilizado deverá ser o preconizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) para contratos de mesma natureza deste contrato de concessão;

13.2.3.1. Caso sejam utilizados nessa especificação algum material, serviço ou equipamento, com as mesmas características dos utilizados no primeiro ciclo de investimentos, que tenha preço unitário constante no ANEXO 4, o preço a ser considerado no orçamento deverá ser o preço unitário ofertado na PROPOSTA COMERCIAL da SPE com o reajuste de preço conforme estipulado na Cláusula 8ª do CONTRATO;

13.2.3.2. A utilização de materiais ou equipamentos ou serviços com as mesmas especificações e características previstas para o primeiro ciclo de investimentos será permitida somente ante a constatação de que não há qualquer material ou



equipamento ou serviço vigente à época da apresentação do diagnóstico por parte da SPE com características e especificações mais modernas ou superiores;

13.2.4. O MUNICÍPIO terá prazo máximo de 10 (dez) dias para a análise e aprovação do projeto executivo apresentado e respectivo orçamento;

13.2.4.1. Ante a aprovação do projeto executivo e/ou respectivo orçamento, a SPE estará automaticamente autorizada a executar a obra;

13.2.4.2. Ante a não aprovação do projeto executivo e/ou respectivo orçamento, o MUNICÍPIO deverá apontar, no mesmo prazo, as adequações a serem realizadas;

13.2.5. Caso o MUNICÍPIO não aprove o projeto executivo ou o orçamento apresentados, a SPE deverá realizar as adequações apontadas e reapresentar o projeto executivo e/ou orçamento, para reanálise do MUNICÍPIO, no mesmo prazo e condições especificadas no subitem 13.2.4.

13.3. A execução das OBRAS a serem pagas através de aportes obedecerá ao disposto no CRONOGRAMA ou ajuste entre o MUNICÍPIO e a SPE, no mês correspondente.

13.4. A SPE elaborará medição mensal, no ultimo dia útil de cada mês, com o descritivo das obras a serem pagas através de aportes, executadas e concluídas no mês em questão.

13.5. A SPE encaminhará o boletim dessa medição ao MUNICÍPIO para análise no primeiro dia útil do mês subsequente.

13.6. O MUNICÍPIO analisará a medição apresentada pela SPE no prazo máximo de 5 (cinco) dias após sua entrega, verificando *in loco* a execução, a respectiva conclusão e a disponibilização para uso dessas OBRAS, conforme o boletim de medição entregue pela SPE.

13.7. Dentro do prazo previsto no item 13.6, e constatada a regularidade da OBRA, com a atestação de sua efetiva conclusão e disponibilização para uso, o MUNICÍPIO emitirá o atestado liberatório para pagamento do aporte relativo a OBRA entregue, devendo constar nesse atestado tratar-se de pagamento a ser realizado com recursos do Fundo de Reposição dos Ativos.

13.8. Após a sua emissão, O MUNICÍPIO deverá encaminhar o atestado liberatório de pagamento ao AGENTE DEPOSITÁRIO no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis.



13.9. A SPE emitirá para ao MUNICÍPIO a fatura e nota fiscal específicas da OBRA a ser paga através de aporte, relativa ao mês de referência, nas quais constará expressamente tratar-se de pagamento de OBRA através de aporte do MUNICÍPIO, o mês e ano de aceitação da OBRA, o valor da OBRA e do respectivo aporte.

13.8. Ante a emissão de atestado liberatório para o pagamento do aporte referente a determinada OBRA, devidamente recebida e aceita pelo MUNICÍPIO, o AGENTE DEPOSITÁRIO procederá ao pagamento no prazo estipulado no item 13.8.

14. A parte variável da CONTRAPRESTAÇÃO, relativa aos SERVIÇOS, poderá sofrer variação em função dos índices de qualidade na prestação dos SERVIÇOS, conforme estipulado na Cláusula 34 do CONTRATO e no ANEXO xx do CONTRATO (ANEXO 5 do EDITAL).

14.1. A SPE receberá, após a incidência da NF sobre a CONTRAPRESTAÇÃO, conforme o ANEXO 5, a CONTRAPRESTAÇÃO EFETIVA, valor a ser efetivamente pago, em base mensal, à SPE.